



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E POLÍTICA EDUCACIONAL
PROJETO DE QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO**

MANUAL DE OPERAÇÃO DO PROJETO
(versão preliminar para discussão interna)

Fortaleza
Janeiro/1999

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO MANUAL	03
PROJETO DE QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
1 INTRODUÇÃO	03
2 PRINCÍPIOS	04
3 OBJETIVOS	04
4 ESTRATÉGIAS	05
5 INDICADORES E METAS	
5.1 ACESSO E PERMANÊNCIA	05
5.2 QUALIDADE	06
5.3 GESTÃO EDUCACIONAL	06
6 COMPONENTES DO PROJETO	
6.1 COMPONENTE MELHORIA DA QUALIDADE E EFICIÊNCIA	07
6.1.1 SUBCOMPONENTE MELHORIA DO DESEMPENHO PROFISSIONAL DO PROFESSOR	07
6.1.2 SUBCOMPONENTE REGULARIZAÇÃO DO FLUXO ESCOLAR	13
6.1.3 SUBCOMPONENTE FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO	15
6.1.4 SUBCOMPONENTE APOIO A INOVAÇÕES ESCOLARES E RECURSOS DE APRENDIZAGEM	18
6.2 COMPONENTE AMPLIAÇÃO DO ACESSO	21
6.2.1 SUBCOMPONENTE INCENTIVO A ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	21
6.2.2 SUBCOMPONENTE ATENDIMENTO A CRIANÇAS INDÍGENAS	24
6.2.3 SUBCOMPONENTE AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS PROGRAMA DE TELEDUCAÇÃO	26
6.3 COMPONENTE APOIO À GESTÃO EDUCACIONAL COOPERATIVA	29
6.3.1 SUBCOMPONENTE PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA	29
6.3.2 SUBCOMPONENTE PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO	30
6.3.3 SUBCOMPONENTE PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE ORGANISMOS COLEGIADOS	32
6.4 COMPONENTE DESCENTRALIZAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	33
6.4.1 SUBCOMPONENTE FORTALECIMENTO DA DESCENTRALIZAÇÃO	33
6.4.2 SUBCOMPONENTE FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL	34
6.4.3 SUBCOMPONENTE CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES TÉCNICAS DA SEDUC/CREDE	36
6.4.4 SUBCOMPONENTE UNIVERSALIZAÇÃO DO SPAECE	37
6.4.5 SUBCOMPONENTE PLANEJAMENTO DE REDE	39
6.4.6 SUBCOMPONENTE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO E DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL	40
7 ETAPAS DE EXECUÇÃO	41
8 ESTRUTURA FINANCEIRA	41
9 ESTRUTURA GERENCIAL	42
9.1 ESTRUTURA GERENCIAL DA SEDUC	42
9.2 ESTRUTURA GERENCIAL DO PQEB	
9.2.1 INSTÂNCIAS GERENCIAIS	42
9.2.2 INSTRUMENTOS GERENCIAIS	43
9.2.3 FLUXO GERENCIAL	43
ANEXO: PLANO DE LICITAÇÃO	

APRESENTAÇÃO DO MANUAL

Esse manual traz as definições operacionais referentes ao Projeto de Qualificação da Educação Básica (PQEB). Em sua parte inicial, faz uma descrição conceitual do Projeto. Essa descrição envolve a definição dos princípios, os objetivos (estratégico e de cada componente), estratégias, indicadores e metas (referentes a acesso e permanência, qualidade e gestão educacional) e etapas de execução do PQEB. Busca-se, nessa fase, descrever a filosofia do Projeto, bem como estabelecer uma articulação entre as diversas ações definidas em cada um de seus subcomponentes.

O segundo momento do Manual aborda os aspectos operacionais dessas ações, indicadas por componente e subcomponente. São discutidas informações relacionadas aos resultados esperados (impactos) e estratégias de implementação de cada ação. É oportuno ressaltar que os resultados esperados, aqui definidos, não restringem-se apenas às metas indicadas para a ação. Além disso, tentam traçar os reflexos após o cumprimento das metas. Quanto às estratégias de implementação, em seu detalhamento foram incorporados estudos de localização das ações.

PROJETO DE QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1 INTRODUÇÃO

As reflexões em torno do contexto socioeconômico do Ceará, do papel da educação no desenvolvimento sustentável do Estado, das implicações resultantes do reordenamento da educação brasileira e da demanda por educação apontam o imperativo de capacitar a população, numa perspectiva de construir a cidadania e ultrapassar a exclusão social. É nessa perspectiva que se insere o Programa de Qualificação da Educação Básica (PQEB), a ser implementado nos próximos cinco anos, envolvendo fontes orçamentárias ordinárias e recursos externos.

O atendimento à população do Ceará na faixa etária de 0 a 6 anos ainda é deficitário, tanto do ponto de vista da oferta quanto dos profissionais que atuam na área. Dois problemas simultâneos, portanto, necessitam ser equacionados com relação a essa população: aumento das oportunidades educacionais e melhoria dos serviços ofertados. Embora o acesso para a população jovem tenha sido praticamente universalizado, à medida em que aumentam as faixas etárias da população jovem e adulta, observa-se ainda elevadas taxas de analfabetismo.

A despeito dos esforços para a melhoria da qualidade da educação, persistem indicadores precários de desempenho escolar. De uma maneira geral, as crianças cearenses têm tido um desempenho escolar abaixo da média nacional. É necessário, também, buscar a melhoria da qualidade interna do sistema escolar, para garantir a permanência bem sucedida de todas as crianças.

A melhoria do ensino fundamental depende da continuidade do regime de colaboração nos moldes em que vem sendo desenvolvido no Ceará, através de um conjunto de políticas pactuadas entre Estado e Municípios. Prevê-se a gradativa transferência das responsabilidades de atuação direta em 1ª a 4ª. série para os Municípios, cabendo ao Estado a eles prestar assistência técnica e, quando for o caso, financeira.

São esses desafios apresentados pela realidade educacional do Estado do Ceará que o Projeto de Qualificação da Educação Básica (PQEB) pretende enfrentar.

2 PRINCÍPIOS

- **Equidade:** a universalidade das ações é uma característica perseguida em todo o Projeto. Um exemplo é a adoção dos Padrões Básicos de Funcionamento da Escola. Onde a universalidade não foi possível, buscou-se o princípio da equidade na execução das ações, através do qual tenciona-se ultrapassar a lógica, sempre presente nas políticas públicas de educação do Brasil, de que o maior é sempre privilegiado. Constrói-se a igualdade de oportunidades a partir da localização e abrangência das ações, em que são considerados parâmetros de equidade horizontal (amplitude absoluta da carência educacional) e equidade vertical (amplitude relativa da carência educacional).
- **Efetividade:** o princípio da efetividade é levado a efeito a partir da execução das ações sob dois parâmetros: a eficiência (em que busca-se realizar o máximo com o mínimo de meios) e eficácia (realizar a ação certa, atuando nas causas fundamentais dos processos).
- **Articulação:** mais além da complementaridade, a articulação na execução das ações apreende os avanços dos projetos e programas já desenvolvidos, mas também busca uma sinergia e inter-relação entre as ações dos próprios componentes e subcomponentes do Projeto, característica própria de qualquer fazer educativo. O princípio da articulação ainda leva em consideração os processos de desconcentração e descentralização, vetores da atual política educacional desenvolvida pelo governo do Estado.
- **Sustentabilidade:** é necessário que os princípios que norteiam a implementação do Projeto sejam sentidos ao longo da execução de todas as ações. E que perdurem mesmo após o término da aplicação dos recursos disponibilizados pelo financiamento. Por conta disso, persegue-se, na implementação do Projeto, a construção de uma competência técnica por parte dos atores envolvidos com a comunidade de aprendizagem. A competência técnica, envolvendo critérios de sensibilidade, diversidade e ética, é o primeiro passo para a construção de uma cultura organizacional duradoura.

3 OBJETIVOS

Ampliar o acesso e melhorar a qualidade do ensino público em creches, pré-escola e ensino fundamental do Estado do Ceará, e, conseqüentemente:

- Melhorar a qualidade e eficiência da Educação Básica do Ceará
- Ampliar o acesso à Educação Básica
- Fortalecer a gestão cooperativa da escola e do sistema

- Consolidar os processos de descentralização e desconcentração, fortalecendo institucionalmente os órgãos gestores da Educação Básica no Ceará

4 ESTRATÉGIAS

- A escola como ponto de partida
 - ✓ Qualificar e capacitar os profissionais da educação em serviço
 - ✓ Valorizar as realidades locais
 - ✓ Garantir padrões básicos de funcionamento
 - ✓ Fortalecer as atividades de acompanhamento pedagógico
 - ✓ Repassar recursos à escola tendo por base seu Plano de Desenvolvimento
 - ✓ Centrar a mobilização pela educação na comunidade de aprendizagem
 - ✓ Incentivar a interação escola—família
 - ✓ Disponibilizar informações à comunidade de aprendizagem
- A intermediação das tecnologias educacionais no processo educativo
 - ✓ Apoiar as inovações escolares
 - ✓ Implementar novos recursos de aprendizagem
 - ✓ Possibilitar o intercâmbio de experiências inovadoras
 - ✓ Inferir a educação a distância pelo princípio da equidade
 - ✓ Criar condições à implantação de redes educativas
- O aluno como foco do processo educativo
 - ✓ Relacionar as especificidades do aluno e o processo de ensino-aprendizagem
 - ✓ Buscar um fazer pedagógico baseado na permanência e sucesso do aluno
 - ✓ Possibilitar a produção de material didático-pedagógico pelo aluno
 - ✓ Apoiar os projetos juvenis
- O fortalecimento institucional dos órgãos gestores baseado na desconcentração e descentralização
 - ✓ Fortalecer as instâncias colegiadas
 - ✓ Qualificar e capacitar os gestores e técnicos
 - ✓ Implementar o Plano de Desenvolvimento da Escola
 - ✓ Consolidar o regime de colaboração Estado—Municípios
 - ✓ Disponibilizar recursos para apoiar projetos municipais
 - ✓ Interligar as instâncias educativas por redes de informação
 - ✓ Possibilitar o acesso das instâncias educativas a bases de dados de indicadores educacionais

5 INDICADORES E METAS

5.1 Acesso e permanência

- Aumento de 14,0%, em 1998, para 30,0%, em 2004, dos índices de participação da faixa etária de 0 a 3 anos em creches, e de 58,0% para 70,0% da faixa etária de 4 a 6 anos nos programas de pré-escola

- Diminuição dos índices de analfabetismo da população economicamente ativa, na faixa etária de 15 a 39 anos, de 22,0% em ____ para 10,0%, em 2004
- Redução dos índices de repetência de 11,9%, em 1998, para 7,0%, em 2004, da rede estadual, e de 14,6 %, em 1998, para 9,0%, na rede municipal, em 2004
- Redução da taxa de evasão escolar de 13,6%, em 1998, para 7,0%, na rede pública, em 2004
- Aumento da taxa de aprovação dos alunos do ensino fundamental da rede pública, de 72,2% para 80,0%

5.2 Qualidade

- Melhoria em 15% dos escores de Português, Matemática e Ciências do ensino fundamental, de acordo com os índices especificados na tabela abaixo.

<i>De</i>	<i>Para</i>
4ª Série	
Português	
42,5%	49,0%
Matemática	
10,0%	11,5%
Ciências	
52,4%	60,3%
8ª Série	
Português	
53,4%	61,4%
Matemática	
12,3%	18,5%
Ciências	
50,0%	57,5%

- Correção em 32,8 % da distorção idade-série de 1.066.655 alunos, em 1998, do ensino fundamental da rede pública

5.3 Gestão educacional

- 50,0% (de 184) das secretarias de educação dos municípios contemplados no projeto (92) funcionando com padrões operacionais mínimos
- 21 Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação equipados e com técnicos treinados para colaborar com os municípios
- Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) desenvolvido em todas as escolas estaduais e municipais com pelo menos 250 alunos
- 21 fóruns intermunicipais microrregionais instalados

6 COMPONENTES DO PROJETO

6.1 Componente Melhoria da Qualidade e Eficiência

O componente de Melhoria da Qualidade e Eficiência do sistema de ensino tem como ponto de partida uma ação curricular redimensionada para atendimento das atuais exigências do mundo moderno, indo ao encontro do que estabelecem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Com este processo em andamento, configuram-se as linhas básicas do Projeto Educativo do Ceará que se traduz na busca de construir uma **ESCOLA VIVA** comprometida com o sucesso do aluno, além de prazerosa, alegre, dinâmica, crítica e criativa.

Para dar continuidade a esse processo, o componente se apóia no desenvolvimento e articulação de quatro vetores, constituintes de seus subcomponentes: melhoria do desempenho profissional do professor, regularização do fluxo escolar, fortalecimento das atividades de acompanhamento pedagógico e apoio a inovações escolares e recursos de aprendizagem.

6.1.1 Subcomponente melhoria do desempenho profissional do professor

Esse subcomponente tenciona dar suporte às diversas ações definidas para o PQEB, uma feita que em todas essas ações está envolvido o profissional da educação. A busca pela correlação entre qualidade docente e qualidade da aprendizagem, através da melhoria do desempenho profissional do educador, terá dois vetores básicos, representados pela formação inicial e pela formação continuada, sempre em serviço.

A partir dessa perspectiva, foram definidas as ações do subcomponente: formação para professores em nível superior, complementação pedagógica para professores do ensino fundamental com formação de bacharelado, formação para professores de classes de aceleração, formação continuada para técnicos da Seduc/Sede e Seduc/Crede, oficinas pedagógicas para professores orientadores de aprendizagem do telensino diurno, formação continuada para professores orientadores de aprendizagem do telensino noturno (3º e 4º ciclos), formação continuada dos alfabetizadores do ABC do Sertão, formação continuada dos professores da Educação Contextualizada noturna (1º e 2º ciclos), formação continuada dos professores do Telecurso 2000 (ensino fundamental e médio), formação continuada de professores orientadores de aprendizagem da área de Ciências da Natureza e Matemática, formação continuada para professores orientadores de aprendizagem em língua estrangeira, habilitação em nível médio para educadores infantis, formação em nível médio para professores do ensino fundamental. Um estudo específico será realizado para avaliar em processo os resultados dessa formação.

Essas ações, bem como os resultados esperados e as estratégias de implementação utilizadas, estão descritas no quadro a seguir.

Subcomponente melhoria do desempenho profissional do professor			Estratégias de implementação
Ação	Resultados esperados		
Habilitação de educadores infantis em nível médio			
Formação em nível médio para professores do Ensino Fundamental	Habilitação em nível médio magistério de professores leigos que, sem a formação específica, lecionam nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, cuja demanda identificada concentra-se nas redes municipais, num total de 3.400, dos quais 75 atuam em escolas indígenas.	<p>O curso, com concepção e estrutura organizacional do PROFORMAÇÃO, projeto concebido pelo MEC, tem as seguintes características:</p> <p>⇒ Duração – dois anos</p> <p>⇒ Estratégia – é um curso de educação a distância, combinando etapas intensivas presenciais e etapas a distância. Apoiar-se em materiais auto-instrucionais, compreendendo guias de estudos e vídeos. Contará com o Serviço de Apoio à Aprendizagem, através de um sistema de tutoria e serviço de comunicação (telefone, fax)</p> <p>Carga Horária – o curso está organizado em 4 módulos semestrais de 800 h cada, sendo que 600 horas correspondem aos conteúdos da base comum nacional e 200 h aos da parte diversificada. Em cada módulo serão estudados 8 guias de estudo, complementados por 8 vídeos. Cada módulo será desenvolvido em 19 semanas, das quais 02 com 80 horas de aulas intensivas presenciais, e 17 semanas da etapa a distância, totalizando 520 horas, distribuídas em atividades coletivas supervisionadas (72 h), em prática docente (320 h), em atividades individuais de estudo, incluindo as tarefas (128 h), e em atividades de avaliação final (8 h)</p> <p>⇒ Matriz Curricular – organizada em 6 áreas temáticas, articuladas através de 4 eixos integradores</p> <p>⇒ Avaliação – o professor cursista será avaliado ao longo do processo, através de quatro instrumentos de aferição de desempenho: Ficha de Observação da Prática Docente; Memorial; Caderno de Verificação de Aprendizagem; Prova ou Trabalho Final</p>	
Formação para professores de ensino superior	Formação inicial de 6.700 professores que atuam de ensino.	<p>O curso será ofertado em parceria com as Universidades, priorizando a formação de profissionais para atuar na séries finais do ensino fundamental e no ensino médio.</p> <p>⇒ Estratégia - o formato será modular, combinando etapas presenciais intensivas, nos períodos de férias e finais de semana, e etapas a distância, através de módulos auto-instrucionais</p> <p>⇒ Matriz curricular – contemplará, no caso dos professores-orientadores de aprendizagem, uma organização por áreas de conhecimento (Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas) e, para os professores do ensino médio, a formação em disciplinas ou disciplinas afins, buscando a interdisciplinaridade como eixo metodológico integrador. Conhecimentos como Língua Portuguesa, Tecnologias Educacionais, Arte e Educação</p>	

		<p>estarão presentes ao longo de todo o curso, como elementos fundamentais do processo de formação em qualquer uma das grandes áreas temáticas ou das disciplinas específicas</p> <p>⇒ Duração - três anos e meio (42 meses), abrangendo uma carga horária de 3.600 horas, distribuídas entre a parte de formação geral e pedagógica, a formação profissional e a formação diversificada. O acompanhamento à prática pedagógica do professor cursista, com um mínimo de 04 e um máximo de 08 horas por semana, será desenvolvido ao longo do curso, considerando a permanente reflexão do professor sobre sua prática como um indicador por excelência da unidade prática x teoria x prática</p>
Complementação pedagógica para professores do Ensino Fundamental com formação de bacharel	Formação de 464 professores que atuam no ensino fundamental sem a formação pedagógica adequada para exercer a docência da sala de aula.	<p>⇒ Para operacionalizar todas as etapas de concepção, elaboração, discussão e definição das propostas pedagógicas de cada licenciatura, a ser ofertada, e de organização das estratégias de operacionalização dos cursos, serão constituídas comissões interinstitucionais que deverão assumir também o monitoramento, controle e avaliação do processo de implementação dos cursos junto aos locais de funcionamento</p> <p>⇒ Será ofertado, também, através da parceria com as universidades, que já vêm desenvolvendo cursos com um ano de duração para atender a esse tipo de clientela. A Seduc, porém, deverá rever o conteúdo e o formato dos cursos para que, de fato, se adequem às necessidades do sistema educacional e favoreçam uma formação pedagógica sintonizada com uma prática de sala de aula que assegurem a aprendizagem do aluno</p>
Formação para professores de classes de aceleração	Formação de 5.834 professores.	<p>Com base na experiência de capacitação dos professores que atuam nessas classes, em desenvolvimento desde 1998, propõe-se:</p> <p>⇒ Estratégia de operacionalização – compreende dois grupos diferenciados de professores: os que já vêm no processo de capacitação continuada e os que vão iniciar</p> <p>a. Professores em processo no Programa de Aceleração</p> <p>a.1. Etapa de preparação dos professores formadores, para aprofundamento de conteúdos, fortalecimento de metodologias e práticas avaliativas</p> <p>Carga Horária – dois momentos presenciais, de 24 h cada, no início de cada semestre</p> <p>⇒ Estes professores formadores, selecionados entre os professores da rede e da equipe técnica dos CREDE, serão capacitados em Fortaleza, com a assessoria do CENPEC</p> <p>a.2. Etapa de capacitação para os professores de classes de aceleração</p> <p>⇒ Carga Horária – dois momentos intensivos presenciais, de 40 horas cada, complementados por mais 32 h/a, distribuídas em 4 encontros de 8 h/a, ao longo do ano. Estes encontros, realizados através de oficinas pedagógicas, terão como foco o atendimento às necessidades identificadas na prática pedagógica dos professores. Esta capacitação será descentralizada nas regiões e,</p>

		<p>preferencialmente, em cada município.</p> <p>b. Professores iniciantes no Programa de Aceleração</p> <p>b.1. <u>Etapa de preparação dos professores formadores</u></p> <p>⇒ Carga Horária – 05 momentos ao longo do ano, com duração de 32 h/a cada, em Fortaleza, com a assessoria do CENPEC. Nestas 32 horas, prevê-se 4 h/a para aprofundar discussões sobre a organização do trabalho de formação dos demais professores; 24 h/a para aprofundar estudos e reflexões sobre os módulos de aprendizagem do programa; e 4 h/a para aprofundar discussões sobre a avaliação da aprendizagem na concepção defendida pelo material</p> <p>b.2. <u>Etapa de capacitação para os professores das Classes de Aceleração</u></p> <p>⇒ Carga Horária – 5 momentos de capacitação, ao longo do ano, com 40 h/a cada. Nestes momentos, os conteúdos trabalhados referem-se à Proposta Pedagógica Curricular das Classes de Aceleração; às áreas do conhecimento; aos procedimentos metodológicos e à avaliação da aprendizagem. Apoiados pelos professores formadores, anteriormente preparados, os professores serão capacitados preferencialmente nos municípios ou nas sedes dos CREDE</p>
Formação continuada para técnicos da Seduc/Sede e Seduc/Crede	Formação de 60 técnicos	<p>⇒ Realização de encontros mensais através do SAP, num total de 10, com duração de 8 horas cada</p> <p>⇒ Oficinas Pedagógicas sobre a metodologia do Telensino para Técnicos dos CREDE, SME e Coordenadores Pedagógicos das escolas, abrangendo as 21 regiões do Estado, com produção de um vídeo e material impresso de apoio</p> <p>⇒ Carga horária – 24 horas para cada uma</p>
Formação continuada para professores orientadores de aprendizagem do telensino diurno	Formação continuada de 10.000 orientadores de aprendizagem.	<p>Curso de Formação para Professores Orientadores de Aprendizagem novatos, inclusive para o Programa Ceará na Escola, atendendo a expansão do Telensino</p> <p>⇒ Estratégia - compreende momentos presenciais e a distância. O momento inicial será de estudos intensivos (40 h/a) com base na concepção pedagógica expressa nos Referenciais Curriculares Básicos (RCB), em que se inclui a metodologia do Telensino, a Pedagogia de Projetos de Trabalho, questões próprias da identidade (adolescentes, adultos) e da realidade da clientela que atenderá e, ainda, a utilização de novos recursos tecnológicos. A continuidade alterna momentos presenciais e a distância, ao longo do ano letivo, com turnos organizadas por área de estudo (Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza e Matemática, Cultura e Sociedade), aprofundando estudos do momento inicial e abordando conteúdos específicos da área que o professor orientador de aprendizagem leciona, buscando-se o atendimento de suas demandas. Inclui um plantão pedagógico através de uma linha telefônica e 04 programas interativos pela TV para cada área. Serão ofertadas oportunidades para estudos sobre Informática Educativa</p> <p>⇒ Carga horária – além do momento inicial relativo à concepção pedagógica, com duração de 40</p>

		h/a, os momentos específicos por área de estudo somam 110 h/a, totalizando para cada professor orientador de aprendizagem uma carga horária total de 150 horas
Formação continuada dos professores orientadores de aprendizagem do telenoturno (3.º e 4.º ciclos)	Formação de 3.087 professores	
Formação continuada dos professores do ABC do Sertão	Formação de 8.572 professores	
Formação continuada dos professores da Educação Contextualizada noturna (1.º e 2.º ciclos)	Formação de 1.714 professores	
Formação continuada dos professores do Telecurso 2000 - Ensino Fundamental e Médio	Formação de 3.000 professores	
Formação continuada de professores orientadores de aprendizagem da área de Ciências da Natureza e Matemática	Formação de 7.285 orientadores de aprendizagem.	<p>Para adequação do ensino de Ciências da Natureza e Matemática ao contexto atual e à nova concepção curricular, a formação continuada dos professores orientadores de aprendizagem do Terceiro e Quarto Ciclos ou de 5º a 8ª série, dessa área, terá as seguintes características:</p> <p>⇒ Duração – dois anos</p> <p>⇒ Estratégia – o curso será realizado em parceria com a Secretaria da Ciências e Tecnologia (SECITECE)/Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), incluindo estudos presenciais e a distância. Os momentos presenciais serão realizados nos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), Centros Vocacionais Tecnológicos e Pedagógicos (CVTP) e outras instituições de Ciências e Matemática, similares às existentes nos Centros Vocacionais e CENTEC. Terá por base a concepção pedagógica e conteúdos constantes dos Referenciais Curriculares Básicos (RCB) e contará com Manuais de Ciências e Matemática e de Formação Pedagógica elaborados para esse fim</p> <p>⇒ Carga horária – 300 horas – aula/ano, sendo 240 na modalidade presencial e 60 a distância</p>
Formação continuada	Formação de 8.885 professores	

para professores orientadores de aprendizagem em língua estrangeira		
Valorização profissional do professor		

6.1.2 Subcomponente regularização do fluxo escolar

A regularização do fluxo escolar passa por um amplo programa que tenha duas frentes: uma, de caráter preventivo, desenvolvendo uma ação curricular e uma prática pedagógica voltadas para a realização da aprendizagem e o conseqüente sucesso do aluno. Isto já na sua trajetória escolar regular que deve se iniciar e prosseguir com atenção à manutenção da correlação idade-série; outra, de natureza saneadora, que se destine a reintegrar os alunos fora-de-faixa também adotando este comportamento didático, mas com redobrada atenção à superação dos limites e dificuldades que foram se sobrepondo no decorrer da vida escolar desses alunos.

No que diz respeito à primeira frente de atuação, está em curso a implantação da organização do ensino em Ciclos de Formação, cujas turmas têm como critério básico de sua constituição a idade. Quanto à segunda, está iniciado o desenvolvimento de Classes de Aceleração, com turmas organizadas atendendo o seguinte procedimento:

- Aceleração I – para alunos com 9, 10 e 11 anos de idade que não tenham freqüentado escola ou dela tenham saído, interrompendo o processo de alfabetização;
- Aceleração II – para alunos com 11, 12 e 13 anos, multirrepetentes;
- Aceleração III – para alunos com 13, 14 e 15 anos, multirrepetentes.

Propõe-se, neste subcomponente, a expansão dessas classes. Dessa forma, busca-se recuperar a trajetória dos alunos em situação de defasagem, contribuindo para a regularização do fluxo escolar.

No quadro a seguir, a definição das ações, os resultados esperados e as estratégias de implementação referentes a esse subcomponente.

Subcomponente regularização do fluxo escolar		
Ação	Resultados esperados	Estratégias de implementação
Implantação de classes de aceleração	Atendimento de 350.000 alunos de 1ª a 8ª série do ensino fundamental com distorção idade-série de, no mínimo, 02 anos de defasagem da série adequada, representando 38,2% da demanda existente e compreendendo a implantação de 11.667 turmas no período de cinco anos	<p>⇒ Estratégia de implantação - gradativa: inicialmente atenderá os municípios detentores dos maiores índices de distorção e, posteriormente, os demais, considerando um atendimento de 25% do total de 11.667 turmas, em cada ano, e de 87.000 alunos</p> <p>⇒ Operacionalização – essas classes contarão com professores devidamente capacitados para tal finalidade, consultoria, material didático específico (Kit). Esses “Kit” são compostos de módulos, jogos didáticos, cartazes, fichas e encartes, assim distribuídos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Kit Turma – material didático (cartazes, fichas e jogos) ✓ Kit Aluno – material didático (módulos e encartes) ✓ Kit Professor – módulos e bolsa para aquisição de livros e periódicos pedagógicos <p>⇒ Será contratada a consultoria dos especialistas que conceberam a proposta político-pedagógica e elaboraram os módulos e outros materiais didáticos das referidas classes, compreendendo 192 horas de consultoria, em três momentos presenciais de 24 h/a e 120 a distância</p> <p>⇒ monitoramento e avaliação do Programa será responsabilidade das equipes técnicas da SEDUC/Sede e CREDE e serão realizados através do Sistema de Acompanhamento Pedagógico (SAP)</p> <p>⇒ Serão realizados estudos para definição de metodologias de acompanhamento/avaliação do fluxo de reingresso ou ingresso do aluno à seriação ou ciclos de formação. Este estudo será desenvolvido com a assessoria do CENPEC</p>

6.1.3 Subcomponente fortalecimento das atividades de acompanhamento pedagógico

Em 1996, foi iniciado o Sistema de Acompanhamento Pedagógico - SAP - com base no paradigma da descentralização implantado com a proposta de TODOS PELA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS em que a escola, mais que ponto de chegada, é compreendida como ponto de partida, constituindo a primeira instância desse acompanhamento pedagógico. O sucesso desse paradigma exige que o planejamento da ação educativa ocorra no âmbito onde ela se efetiva, na escola – primeira instância do SAP - e que esta conte com assessoria técnica e condições humanas, materiais e financeiras necessárias ao desenvolvimento da ação integrada de PLANEJAR, EXECUTAR e AVALIAR o seu trabalho, tendo como referenciais os princípios e diretrizes que norteiam o sistema de ensino do Estado. O SAP apoia-se em duas vertentes básicas: acompanhamento à gestão escolar e acompanhamento ao ensino, para o que utiliza indicadores que permitem a avaliação no processo.

A definição da ação relacionada a esse subcomponente, incluindo os resultados esperados e estratégias de implementação, observa-se no quadro a seguir.

Subcomponente fortalecimento das atividades de acompanhamento pedagógico		
Ação	Resultados esperados	Estratégias de implementação
Monitoramento das ações de ensino e gestão através do Sistema de Acompanhamento Pedagógico (SAP)	Realização de 40 encontros e produção de 5 relatórios do SAP	<p>O SAP trabalha as seguintes estratégias básicas de operacionalização:</p> <p>⇒ NA ESCOLA: i) planejamento mensal das atividades docentes, sob a coordenação do Diretor Adjunto e do Professor Coordenador de Ensino no município, tendo por base o Projeto Pedagógico e a análise das realizações do mês; ii) reunião quinzenal do Diretor Geral com o(s) Diretor (es) Adjuntos para avaliação do desempenho escolar no período, dando especial ênfase à análise da execução do planejamento de ensino, a partir do que serão pensados possíveis ajustes e definidas as necessidades de assessoria, sejam dos Professores Coordenadores de Ensino do Município, sejam dos Professores Coordenadores de Ensino do CREDE; iii) reunião bimestral do Conselho Escolar para avaliação do desempenho da escola no período, considerando a ação global (administrativa e pedagógica) e buscando, conjuntamente, alternativas de solução para problemas detectados.</p> <p>⇒ NO MUNICÍPIO: i) reunião mensal dos Professores Coordenadores de Ensino com os Diretores Geral e Adjuntos das escolas do Município, avaliando o desempenho das escolas no período, promovendo troca de experiências e discutindo alternativas de solução para questões de natureza pedagógica; ii) encontro mensal dos Professores Coordenadores de Ensino e Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação para discussão dos sucessos e dificuldades do período e planejamento do trabalho a ser realizado no mês subsequente, especialmente da reunião mensal de estudos e trocas de experiências envolvendo professores, segundo a série, modalidade de ensino ou área do conhecimento; reunião mensal dos Professores Coordenadores de Ensino com Professores das escolas, conforme a série, modalidade de ensino ou área do conhecimento, para discussão do seu cotidiano (sucessos e desafios) e após cada bimestre, análise do rendimento escolar de seus alunos e de medidas que se façam necessárias, com participação, se for o caso, de Técnicos da Secretaria Municipal de Educação e do CREDE¹; iv) visitas quinzenais às escolas</p>

¹ As escolas reservarão, no calendário escolar, um expediente mensal de cada professor para participação na reunião com os Professores Coordenadores de Ensino. Tais expedientes serão organizados sob forma de rodízio (cada dia, uma série, modalidade de ensino ou área do conhecimento), programando-se atividades sócio-esportivas, artísticas, recreativas ou culturais que os alunos ficarão realizando na escola. É necessário que esses dias sejam estabelecidos pelo conjunto de escolas do Município, tornando possível reunir os professores da mesma série, modalidade de ensino ou área do conhecimento das várias escolas.

	<p>pelos Professores Coordenadores de Ensino do Município e mensais pelos Professores Coordenadores de Ensino do CREDE; v) realização de mini-cursos sobre assuntos considerados necessários pelos professores, desenvolvidos por Professores Coordenadores de Ensino do Município ou do CREDE, por integrantes da equipe central da SEDUC ou outros professores do próprio Município com experiência significativa e bem sucedida; e vi) avaliação bimestral do rendimento escolar de cada escola, por série, área do conhecimento ou disciplina, incluindo análise da evasão e comparação com as metas previstas no Projeto Pedagógico.</p> <p>⇒ NA REGIÃO: i) visitas mensais dos Professores Coordenadores (de Ensino ou de Gestão) do CREDE às escolas públicas da Região, para acompanhamento e avaliação do desempenho escolar frente ao previsto no Projeto Pedagógico de cada escola; ii) reuniões mensais dos Professores Coordenadores do CREDE com os Professores Coordenadores de Ensino do Município, para avaliação do trabalho realizado e planejamento/replanejamento da ação pedagógica do mês seguinte; iii) reuniões mensais da equipe central da SEDUC com os Professores Coordenadores do CREDE para acompanhamento da ação pedagógica e assessoramento no planejamento e execução de atividades necessárias ao melhor desempenho escolar, em que se incluem seminários, mini-cursos, oficinas pedagógicas e até cursos de maior duração, desde que tenham como ponto de partida o desenvolvimento satisfatório do Projeto Pedagógico das escolas, com especial atenção a adaptações/implementação das Propostas Curriculares; iv) Encontros Pedagógicos dos Coordenadores Municipais do Telensino com Orientadores de Aprendizagem da região; v) Elaboração, pelos Professores Coordenadores do CREDE, de relatórios bimestrais que consolidem os resultados decorrentes do desenvolvimento do SAP no período e encaminhamento à equipe central da SEDUC</p> <p>⇒ NA SEDUC: i) constituição de um grupo coordenador do SAP com 01 (um) representante de cada Coordenadoria da SEDUC; ii) treinamento dos Recursos Humanos envolvidos no SAP quanto à sua concepção, metodologias de trabalho e instrumentais a serem utilizados; iii) reuniões mensais com os Professores Coordenadores do CREDE para planejamento das ações do SAP no mês subsequente e avaliação do mês anterior; iv) visitas a escolas, em grupos integrados com representantes do CREDE, que observem seu desempenho numa ótica global e integrada; v) planejamento, execução, acompanhamento e avaliação do Programa de Capacitação de Recursos Humanos, em ação conjunta da CDE e DDRH, pela intercomplementaridade que manterão o SAP e este Programa; vi) cooperação Técnica com os CREDE, as Secretarias Municipais de Educação e as escolas quando solicitado e julgado conveniente pelo CREDE; e vii) análise dos relatórios encaminhados pelos CREDE e adoção de medidas necessárias à eficácia do SAP</p>
--	--

6.1.4 Subcomponente apoio a inovações escolares e recursos de aprendizagem

A **ESCOLA VIVA** que se está construindo, conforme foi afirmado anteriormente, é uma escola aberta à criatividade e ao sucesso de alunos e professores. No desenvolvimento do seu Projeto Pedagógico, incentiva a inovação do fazer escolar como forma de ativar a imaginação dos atores e autores do processo educativo, entendendo que a capacidade imaginativa está na raiz da construção/reconstrução do conhecimento. A imaginação dá forma e densidade às experiências de perceber, sentir e pensar, criando e combinando imagens que representam essas experiências.

Assim, serão incentivados, através desse subcomponente, a criação de materiais de apoio à aprendizagem e ao ensino; a execução de projetos docentes que proporcionem a execução dos Referenciais Curriculares Básicos (RCB) de forma criativa e interessante; a produção de livros que contem a história e a geografia dos municípios cearenses, por professores ou outras pessoas da comunidade; a elaboração e execução de projetos que explorem o protagonismo juvenil, como a produção de livros pelos próprios alunos, a produção de jornais escolares e outros; o desenvolvimento de seminários, fóruns de debate, etc. para o intercâmbio de experiências inovadoras de ensino e de gestão entre escolas.

A seguir, um quadro especifica as ações propostas para esse subcomponente, os resultados esperados e as estratégias de implementação.

Subcomponente apoio a inovações escolares e recursos de aprendizagem		
Ação	Resultados esperados	Estratégias de implementação
Elaboração, impressão e reimpressão de livros didáticos de História e Geografia de municípios cearenses	Elaboração de 33 livros e impressão/reimpressão de 33.000 exemplares	<p>⇒ Elaboração e impressão de livros didáticos de História e Geografia de 33 municípios considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 18 municípios - sede dos CREDE (Exceto Tauá, Acaraú e Fortaleza) ✓ 15 municípios que já estão em processo de elaboração. <p>⇒ As atividades serão assim desenvolvidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ capacitação para os prof. autores. ✓ estudo crítico do material produzido. ✓ acompanhamento das produções dos municípios. ✓ produção gráfica, pré-impressão e produção dos livros.
Produção, por alunos, de livros de diferentes gêneros, inclusive de temas infanto-juvenis	Produção de 50 livros	<p>⇒ Os livros serão financiados considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ temas relevantes para a educação ✓ produções já iniciadas ✓ publicações de experiências educacionais exitosas. <p>⇒ Cada CREDE deverá selecionar os trabalhos da sua região e encaminhá-los para a SEDUC/SEDE.</p>
Seminários para intercâmbio de experiências inovadoras	Realização de 210 seminários	
Implantação de um fundo de apoio aos projetos juvenis	Financiamento de 940 projetos	<p>⇒ Através dos projetos juvenis, podem ser estabelecidos vínculos com o currículo da escola, favorecendo sua transformação em um currículo processual. Trabalhando-se o currículo pela pedagogia de projetos, abre-se uma perspectiva dos projetos juvenis serem incorporados como parte significativa no processo –o protagonismo juvenil como processo dinamizador da aprendizagem.</p> <p>⇒ A Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará (Seduc) disponibiliza o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Escola (Fade) para financiar projetos oriundos do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE). Os projetos desenvolvidos para o programa Projetos Juvenis serão apoiados por um subprograma do Fade. Os projetos serão elaborados por grupos de alunos e discutidos e consolidados junto aos grêmios escolares. Os grêmios apresentam os projetos durante a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), para que sejam discutidos por toda a</p>

	<p>comunidade escolar. Um Comitê formado por representantes da comunidade, dos grêmios, professores, Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (Crede) e Seduc analisará os projetos e indicará as prioridades de financiamento</p> <p>⇒ Relatórios periódicos serão apresentados pelos grupos como forma de se candidatarem a novos financiamentos ou continuidade dos projetos, sendo analisados por comitês regionais. Os projetos também podem ser beneficiados com as leis específicas de incentivo à cultura (estadual e federal). O Fade comprometerá 25% dos recursos destinados ao subprograma projetos juvenis para demanda induzida de projetos, garantindo a equidade do sistema. O financiamento pode também ser feito por doações de empresas contactadas diretamente pelos grêmios e alunos, o que incorpora o sentimento de parcerias</p> <p>⇒ A consolidação desses projetos ocorre no grêmio escolar, possibilitando a apresentação de projetos integrados. Será definido um teto de recursos para cada projeto. Com os projetos integrados, através dos interesses diversos envolvidos, persegue-se uma sustentabilidade para as iniciativas. Também serão desenvolvidos projetos integrados de maior amplitude, envolvendo duas ou mais escolas. Isso possibilitaria a troca de experiências entre realidades distintas, abrindo também a possibilidade do reconhecimento de outros ambientes e grupos, característica marcante na identidade jovem.</p> <p>⇒ Para quem faz cultura, mais incentivos culturais. Os projetos que se destacarem dentro de sua área de atuação podem receber alguns incentivos complementares, estendendo-se esses incentivos ao grupo de alunos responsável pela experiência. Como uma das vertentes s serem incentivadas é a área da produção de linguagens audiovisuais, os grupos de alunos podem ser incentivados a participar de mostras de cinema, festivais de teatro, de música, mostras de artes, concursos. Através do Fade, a Seduc financiará a participação nesses encontros, fornecendo inscrição, passagens e estadia. A reunião das melhores experiências também poderia inaugurar um Festival da Cultura Audiovisual, de âmbito estadual, um grande espaço aberto à cultura juvenil. As melhores produções poderiam ser veiculadas em espaços específicos da TV Ceará, Rádio Universitária (Universidade Federal do Ceará) e Festival de Cinema do Ceará, em produções conjuntas.</p>	
--	---	--

6.2 Componente Ampliação do Acesso

Entre a faixa de 0 a 6 anos há um expressivo déficit educacional, tanto de atendimento escolar como de atendimento não-formal. Obviamente quanto mais próximo ao ventre materno, maior a responsabilidade da família, que neste sentido deve ser apoiada pelo Estado nos aspectos de nutrição, estimulação e saúde da criança. Aqui devem estar concentrados os esforços de capacitação e informação da população, notadamente das mães. O Estado nesta faixa etária é representado pelo Poder Público municipal, que estende a sua responsabilidade educacional até o início da adolescência, o que corresponde ao término da atual 6ª série do ensino fundamental. O problema da alfabetização e escolarização de jovens e adultos também desafia a política educacional do Ceará.

Os vetores definidos para dar respostas a essa situação, transformados em subcomponentes do PQEB, são os seguintes: incentivo às atividades de educação infantil, atendimento a crianças indígenas e ampliação e melhoria dos programas de teleeducação.

6.2.1 Subcomponente incentivo a atividades de educação infantil

O esforço de atendimento à criança pequena é feito em creches (0 a 3 anos) e escolas (educação pré-escolar e classes de alfabetização- 4 a 6 anos). Um dos problemas relativos ao planejamento de políticas para a educação infantil diz respeito à precariedade das estatísticas a esse respeito.

Para que o Estado promova uma adequada expansão do acesso ao serviços socioeducativos para a as crianças de zero a seis anos será realizado um *Censo da Educação Infantil*. Este instrumento permitirá dimensionar esta população por faixas etárias (zero a três e quatro a seis); o atendimento requerido para cada uma delas; os profissionais em exercício no campo por grau de formação; as dependências administrativas e setores envolvidos; e os estabelecimentos.

Na perspectiva de uma visão de todo da educação infantil, serão empreendidos estudos para que os serviços ofertados a essa população sejam corretamente diferenciados, segundo o atendimento escolar e não-escolar e segmentos por idade (0 a 3, 4 a 5 e 6 anos). Este processo envolve a concepção de uma arquitetura para a infância de zero a seis anos, incluindo espaços alternativos de convivência; definição de parâmetros curriculares e de padrões básicos de funcionamento.

No quadro a seguir, pode-se observar as ações, os resultados esperados e as estratégias de implementação desse subcomponente.

Subcomponente incentivo a atividades de educação infantil		
Ação	Resultados esperados	Estratégias de implementação
Garantia dos padrões básicos de qualidade do atendimento nos centros de educação infantil (CEI)	Aquisição de equipamentos e material de consumo para 84 brinquedotecas, desenvolvimento de 84 propostas pedagógicas para as brinquedotecas, produção de 45.430 cartilhas, aquisição de 1.430 kits de material técnico-pedagógico, capacitação de 9 brinquedistas, aquisição de 9 kits para capacitação de brinquedistas e capacitação de 9.000 agentes de saúde	
Financiamento de projetos municipais de desenvolvimento da primeira infância	Construção e aquisição de equipamentos de 11 centros de educação infantil (CEI); ampliação e aquisição de equipamentos em 441 salas; construção, aquisição de equipamentos e material de expediente para 102 espaços educativos; reforma e recuperação de 220 CEI	
Melhoria da gestão	Realização do Censo da Educação Infantil; desenvolvimento de um sistema de monitoramento da educação infantil (Sapinho?); mobilização pela educação infantil, através da realização de 10 encontros, 5 campanhas e impressão de 524.400 exemplares de um periódico; produção de 2.016 fitas radiofônicas para capacitação de famílias; realização de 5.040 oficinas para capacitação de famílias; realização de 1.260 oficinas para capacitação de gestores	

6.2.2 Subcomponente atendimento a crianças indígenas

Esse subcomponente destina-se ao atendimento das seis comunidades indígenas remanescentes no Estado do Ceará, onde sobrevivem cerca de 10 mil pessoas, com destaque para as etnias Tremembé (Itarema), Tapeba (Caucaia), Calabaça (Crateús), Pitaguarí (Maracanaú) e Tupi (Aquiraz). Nestas comunidades estão instaladas 11 escolas sem qualquer condição de funcionamento, quer de infra-estrutura, quer de pessoal. A matrícula destas escolas é de 700 alunos, entre crianças, jovens e adultos. A meta aqui é a de se garantir os padrões básicos de funcionamento destas escolas, expandir a matrícula para pelo menos 2.500 alunos e formar professores indígenas.

Devido a especificidades culturais, a educação indígena deve apontar com parâmetros próprios em relação à formação de professores, desenvolvimento de material e estratégias de ensino-aprendizagem e mesmo novas formas de avaliação. Os próprios parâmetros arquitetônicos de construção da escola indígena deve levar em consideração sua cultura. A adequação entre o calendário escolar e o calendário seguido pelas nações indígenas deve ser também objeto de estudo na ampliação do acesso.

Um quadro com as ações, os resultados esperados e as estratégias de implementação para esse subcomponente pode ser observado em seguida.

Subcomponente atendimento a crianças indígenas		
Ação	Resultados esperados	Estratégias de implementação
Pesquisa diagnóstica socioeconômico-cultural nas seis etnias indígenas do Ceará	Realização de uma pesquisa	
Implantação de centros de recursos de aprendizagem para atendimento das escolas indígenas	Implantação de seis centros	
Curso de extensão para a equipe técnica da SEDUC/CREDE/SME para compreensão/aprofundamento da educação escolar indígena	Capacitação de 52 técnicos	
Construção de escolas indígenas	Construção de 18 escolas	
Aquisição de equipamentos para escolas indígenas	Aquisição de 18 kits de equipamentos	

6.2.3 Subcomponente ampliação e melhoria dos programas de teleeducação

Esse subcomponente aproveita a experiência de 25 anos do Ceará com o sistema Telensino. Uma de duas ações é o redimensionamento do telensino diurno. Esse redimensionamento inclui a produção de teleaulas, produção literária, impressão de livros didáticos, aquisição de livros de língua estrangeira, aquisição de kits multimídia para utilização em sala de aula e aquisição de material didático-pedagógico. Todas essas ações serão acompanhadas por uma pesquisa de avaliação em processo.

Uma outra ação do subcomponente revebeu o nome de Ceará na Escola. Trata-se de um amplo programa de alfabetização e escolarização de jovens e adultos utilizando-se a TV. Essa ação está subdividida em alguns programas: ABC do Sertão, programa de alfabetização de jovens e adultos; Educação Contextualizada, programa de escolarização de jovens e adultos; Telensino Noturno, redimensionamento do telensino para o turno noturno; Telecurso 2000, estratégia de aceleração de estudos para jovens e adultos; e Série Educativas, módulos de educação não-formal.

O quadro a seguir apresenta essas ações, seus resultados esperados e as estratégias de implementação utilizadas.

Subcomponente ampliação e melhoria dos programas de teleeducação		
Ação	Resultados esperados	Estratégias de implementação
Redimensionamento do telensino diurno	Melhoria da aprendizagem de 376 mil alunos, através da produção de 2.696 teleaulas, produção de 48 livros, impressão de 3.853.600 livros didáticos, aquisição de 190.000 livros de língua estrangeira, aquisição de 441 kits multimídia, aquisição de 1.637 kits sala, produção de 520 programas televisivos, realização de uma pesquisa de avaliação em processo	<p>⇒ Produção de teleaulas atendendo os RCB do 3º e 4º Ciclos com módulos das áreas de Linguagem e Códigos, Ciências da Natureza e Matemática, Cultura e Sociedade, os quais variam de 06 a 15 minutos de duração</p> <p>⇒ Reedição do material impresso, ampliado, revisado e atualizado, a partir da reformulação do Manual de Apoio e Caderno de Atividades, contemplando a produção de 04 volumes por Ciclo</p> <p>⇒ Produção de 08 séries pedagógicas com enfoque teórico-metodológico para estudo dos professores orientadores de aprendizagem</p> <p>⇒ Reedição da publicação TELEDINÂMICA ampliada e atualizada</p> <p>⇒ Contratação de consultoria em novas tecnologias da comunicação e informação</p> <p>⇒ Produção de uma série didática para o estudo da Língua Inglesa com 30 teleaulas que atendam os RCB e consoantes com a realidade cearense</p> <p>⇒ Elaboração de textos didáticos em Língua Inglesa para publicação de 01 manual de apoio e caderno de atividades, com enfoque regionalizado</p>
ABC do Sertão	Alfabetização de 300 mil jovens e adultos de 15 a 39 anos, através da produção de 60 programas televisivos, aquisição de 900.000 livros didáticos para os alunos, aquisição de 10.000 livros para o professor, aquisição de 300.000 kits escola	<p>⇒ Programa de alfabetização de jovens e adultos utilizando recursos de educação a distância. Transmissão pela TVC de 60 programas televisivos de 60 minutos; produção de módulos para alfabetizadores. Com turnas organizadas em todas as escolas públicas contará com alunos do ensino fundamental e médio e comunidade escolar, atuando como alfabetizadores e com um coordenador por município.</p> <p>⇒ Na formação dos alfabetizadores e coordenadores e no acompanhamento pedagógico, o Programa contará com o apoio das Universidades</p>
Educação Contextualizada	Escolarização de 10% (ou 30%) dos jovens e adultos recém-alfabetizados pelo ABC do Sertão, através da produção de 180 programas televisivos, aquisição de 60.000 livros didáticos para os alunos, aquisição de 2.000 livros do professor, aquisição de 60.000 kits escola	<p>⇒ Escolarização de jovens e adultos recém-alfabetizados, com ênfase na aprendizagem contextualizada à economia e cultura locais, promovendo a articulação entre a educação e o mundo do trabalho e a aprendizagem de capacidades profissionais, inclusive gerenciais e decisórias. É a implantação do Telensino de 1º e 2º Ciclos noturno, com duração de 18 meses consecutivos e 180 programas televisivos de 15 minutos. Será celebrado convênio com a Universidade Estadual do Ceará e a Comunidade Solidária</p>
Telensino Noturno	Escolarização de 108.000 jovens e adultos (25% em cada ano), através da produção de 2.696 teleaulas, produção de 36 livros, impressão de 456.000 livros, aquisição de 82.286 livros de língua estrangeira,	<p>⇒ Extensão do Telensino redimensionado, noturno, com vistas à regularização do fluxo escolar do aluno de 15 a 19 anos, trabalhador ou em idade de ingressar no mercado de trabalho, especialmente da zona rural. É o Programa âncora da reforma do ensino regular noturno. Dentre outras características, o Telensino Noturno terá maior flexibilidade temporal, espacial, de currículo, de organização do trabalho escolar, alto padrão tecnológico, Informática Educativa;</p>

	contratação de 150 horas-consultoria	professores capacitados considerando a identidade do ensino noturno; acompanhamento pedagógico especial'
Telecurso 2000	Implantação de 2.000 salas	⇒ Veiculação e recepção organizada das teleaulas do Telecurso 2.000 (ensino fundamental e médio) com, pelo menos, uma telessala nas 2.000 maiores escolas públicas do Estado. Para tanto, será celebrado convênio com a Fundação Roberto Marinho, entidades patronais e sindicais, e municípios cearenses
Séries educativas	Capacitação ampla da população, através da produção de 240 programas das séries educativas, produção de 156 programas interativos	⇒ Produção e veiculação de programas televisivos voltados para a capacitação mais ampla da população. Envolve Séries (Escola da Pais, Escola Viva, Conhecendo o Ceará, Educação Ambiental, etc.) com duração média de 12 programas, de 45 minutos cada. A veiculação acontecerá nas manhãs dos sábados e nos intervalos do Telensino. A cada ano serão produzidas 06 Séries. Os Programas Educacionais Interativos serão quinzenais (Telenfoque e Escola Viva – 26 programas, cada) e darão destaque à discussão de temas voltados para política educacional, desenvolvimento técnico-pedagógico e gestão escolar)

6.3 Componente Apoio à Gestão Educacional Cooperativa

Tem como objetivos principais: i) promover um processo de planejamento educacional centrado na escola e com a participação social da comunidade através da implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), instrumento de planejamento estratégico e de envolvimento da comunidade nos processos decisórios que permite melhorar a qualidade e a eficiência da escola; ii) implementação e acompanhamento de Padrões Básicos de Funcionamento (PBF) da escola, de forma a melhorar e manter a qualidades dos equipamentos escolares, projeto que visa complementar e melhorar o atual fundo de manutenção das escolas; iii) implantação e implementação de um amplo programa de capacitação dos organismos colegiados criados pelo novo modelo de gestão participativa da SEDUC, garantindo, desta forma o desenvolvimento e acompanhamento do PDE.

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), instrumento de gestão participativa e de transferência de competência técnica, engloba o levantamento, em conjunto com a comunidade, das necessidades escolares em termos de infra-estrutura física e melhorias pedagógicas a serem contempladas no Projeto Político Pedagógico da escola. Através do PDE, a escola estabelece seus Padrões de Básicos de Funcionamento (PBF), a serem financiados pelo Projeto, de forma a garantir a qualidade necessária aos equipamentos escolares. A implantação do PDE permite, assim, o reconhecimento da comunidade escolar da situação da escola em termos físicos, pedagógico e de gestão.

6.3.1 Subcomponente Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE

O Subcomponete PDE viabiliza a elaboração, análise, implantação e acompanhamento dos PDE elaborados pelas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino a serem beneficiadas com os recursos do Projeto de Qualificação da Educação Básica – PQEB. O acompanhamento do PDE será fortalecido por ações complementares tais como: i) capacitação das equipes técnicas da Secretaria de Educação Básica (SEDUC), dos Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e das Secretarias Municipais de Educação (SME) para funcionarem como agentes multiplicadores da implementação do PDE nas escolas da Rede Municipal; implantação de um sistema de acompanhamento da gestão escolar da rede pública de ensino.

O PDE, processo gerencial de planejamento estratégico elaborada sob a coordenação das lideranças escolares com a participação da comunidade, visa fortalecer o processo de autonomia escolar e de participação da comunidade nos processos decisórios da escola. Além de fortalecer uma cultura de planejamento, melhorando desta forma a eficiência na gestão escolar, co-responsabiliza a comunidade com o destino da escola. A implantação do PDE busca melhorar os processos de gestão e a qualidade do ensino, a partir da demanda da própria comunidade a ser beneficiada, co-participante na elaboração do diagnóstico da situação da escola, na definição de seus valores e de sua missão, assim como na elaboração das estratégias e objetivos a serem alcançados com o Plano.

➤ *Resultados Esperados*

- ✓ 1.370 escolas com PDE elaborado, analisado, implantado e acompanhado, sendo 685 escolas da rede estadual de ensino e 685 escolas da rede municipal (escolas com pelo menos 250 alunos).
- ✓ 727 escolas da rede pública (685 da rede estadual e 42 da rede municipal) monitoradas através da implantação de um sistema de acompanhamento da gestão escolar.
- ✓ Aproximadamente 1.433 técnicos/multiplicadores da SEDUC, CREDE e SME treinados na metodologia de elaboração e implementação do PDE.

➤ *Estratégia de Implementação*

Para atender a 1.370 escolas da rede pública será levado em consideração a recente experiência do Estado na implementação do Plano que já beneficiou cerca de 42 escolas da rede estadual das 727 escolas existentes. Essa experiência possibilitou, na prática, a testagem de instrumentos de coleta de dados, elaboração de material para treinamento dos técnicos da SEDUC, CREDE e escolas, a mobilização da comunidade para a elaboração do Plano e a análise do material produzido nessas experiências.

A Coordenação de Articulação e Gestão Educacional (CAGE), através de sua Unidade de Acompanhamento do Projeto (UAP) iniciará o processo pela capacitação, por etapas, das equipes técnicas da SEDUC, dos CREDE e das SME como agentes multiplicadores para implementação do PDE nas redes estadual e municipal. Após o processo de capacitação promoverá encontros anuais de mobilização social para implantação e implementação do PDE nas 1.370 escolas com mais de 250 alunos a serem beneficiadas (685 escolas estaduais ainda não contempladas com o PDE e 685 escolas municipais a serem definidas com base em critérios estabelecidos pelo Núcleo Gestor da SEDUC). A terceira etapa do processo será concretizada pela implantação de um sistema de análise e acompanhamento dos PDE da rede pública estadual e apoio logístico às SME para implantação de seus próprios sistemas de acompanhamento. Os sistemas deverão prever a troca contínua de informações entre as redes, assim como mecanismos de articulação nas áreas de planejamento, análise e gestão dos PDE entre as duas redes.

Os técnicos capacitados para a multiplicação e facilitação do processo de elaboração do PDE serão capazes de: i) favorecer a coleta e análise dos dados da escola; ii) viabilizar a mobilização da escola e da comunidade; iii) apoiar as escolas na preparação e implementação do PDE e PBF e iv) apoiar o processo de avaliação e monitoramento da implementação do PDE.

6.3.2 Subcomponente Padrões Básicos de Funcionamento

Visa promover o financiamento dos Padrões Básicos de Funcionamento através da transferência de recursos previstos no PQEB para os CREDE, que os repassará diretamente para as escolas da rede estadual e para SME da rede municipal. Os PBF significa um conjunto de ações previstas no PDE que deverão ser financiadas pelo Projeto, a partir da análise dos CREDE e da SEDUC do PDE da escola. A implantação dos Padrões Básicos se traduz na disponibilização para a escola de um conjunto de

insumos e condições necessárias à realização das atividades escolares, envolvendo: instalações físicas, equipamentos, recursos pedagógicos, recursos humanos, currículo e gerenciamento escolar. A implantação dos PBF deve estar em consonância com a realidade local e as diversidades das demandas da comunidade, com suas especificidades implícitas. As metas previstas nos PBF visa, em última instância, viabilizar a melhoria dos processo de ensino-aprendizagem, meta principal da escola.

Um princípio importante deverá nortear a utilização dos PBF: o da equidade, em especial na rede pública de ensino, que precisa garantir qualidade para todos. A padronização do funcionamento das escolas deve considerar os critérios e padrões estabelecidos nacional e regionalmente, mas deve igualmente considerar a natureza e modalidade do atendimento oferecido, a localização geográfica da escola, os turnos de funcionamento e as ações de desenvolvimento curricular.

A execução dos PBF deverá se consolidar através da realização de três conjuntos de ações: i) ampliação e recuperação das escolas que ainda não atingiram os PBF; ii) aquisição de equipamentos para consolidação dos PBF nas escolas que não estejam adequadas aos PBF com relação a esse item; iii) financiamento dos projetos que não dizem respeito a instalações físicas e equipamentos através de projetos submetidos ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Escola (FADE).

➤ *Resultados Esperados*

- ✓ Ampliação de cerca de 500 salas e recuperação de 4.400 salas em aproximadamente 2.365 escolas da rede pública de educação básica, com base nas análises das demandas apresentadas pelas escolas e análises do CREDE/SEDUC, consolidada na UAP da CAGE.
- ✓ 685 escolas da rede estadual beneficiadas com a aquisição de equipamentos para adequação aos PBF.
- ✓ Aproximadamente 529 projetos escolares da rede estadual beneficiados com recursos do FADE.

➤ *Estratégia de Implementação*

A análise das demandas de PBF das escolas, previstas no PDE será feita inicialmente pelos CREDE (ações de instalações físicas e equipamentos) e pela comissão de avaliação do FADE (outras ações pedagógicas previstas no PDE) e, posteriormente, submetida a UAP da CAGE que consolidará a análise e encaminhará os projetos selecionados para consolidação no projeto de investimento da CAGE. As escolas executam seus PBF e prestam conta à SEDUC ou às SME, conforme vinculação. Para seleção dos projetos serão utilizados os seguintes critérios de análise: i) consistência do Plano da escola com o PQEB; ii) capacidade das ações de melhorar o desempenho dos alunos e a iii) a própria capacidade da escola de executar e gerenciar as ações propostas.

O PQEB definiu as seguintes metas iniciais para a implantação dos PBF: recuperação de 660 salas e ampliação de 75 salas no primeiro ano do Projeto; recuperação de 1.100 salas e ampliação de 125 nos três anos seguintes e recuperação de mais 440 salas com ampliação de mais 50 no último ano do Projeto. As escolas beneficiadas com as ações

de recuperação e ampliação serão, igualmente, beneficiadas com a aquisição de equipamentos tais como carteiras escolares, bebedouros elétricos, ventiladores de teto, *freezers*, armários de aço etc. nos 5 anos do Projeto, de acordo com as demandas apresentadas nos PDE devidamente analisados pela Secretaria. O FADE, por sua vez, pretende financiar uma média de 100 projetos a cada ano de execução do PQEB.

6.3.3 Subcomponente programa de capacitação de organismos colegiados

Esse subcomponente busca ultrapassar as deficiências de capacitação dos membros dos conselhos escolares e dos grêmios estudantis, promovendo uma melhor atuação no gerenciamento da escola e o fortalecimento do novo modelo de gestão, participativo e cooperativo, implantado pela SEDUC. Pretende viabilizar a real participação da comunidade escolar em seus organismos colegiados, visando a construção de uma escola verdadeiramente pública, através da instrumentalização de seus componentes para atuarem de forma competente e responsável. O processo de gestão democrática requer a qualificação dos atores envolvidos nas atividades de mobilização, planejamento, organização e avaliação dos projetos envolvidos, definindo os papéis e funções de cada um, delimitando direitos e deveres dos atores participantes.

O Programa de Capacitação dos Organismos Colegiados (PCOC) deverá ser viabilizado pela realização de dois grandes grupos de ações: i) capacitação dos conselheiros escolares, inclusive membros da comunidade e ii) capacitação dos alunos integrantes dos grêmios estudantis. A meta do PQEB é beneficiar todas as escolas estaduais com o programa, com exceção daquelas que já receberam ou têm previsão orçamentária para receber esse benefício. A Secretaria apoiará às SME que quiserem aderir ao Programa, oferecendo assistência técnica, material pedagógico ou ainda com outras ações que se julgarem necessárias.

A partir do desenvolvimento do subcomponente, espera-se que as escolas envolvidas na capacitação passem a um patamar qualitativo mais elevado, em termos da atuação dos conselhos e grêmios, inclusive com a consolidação e formação de novas lideranças. Nesse processo serão envolvidos os pais, professores, funcionários, diretores e alunos, num processo participativo capaz de viabilizar uma verdadeira comunidade de aprendizagem.

➤ *Resultados Esperados*

- ✓ 3.580 conselheiros capacitados ao final do processo, através de formação continuada com duração de 5 anos, realização de 2 encontros anuais para esse fim, com uma carga horária de 32 horas anuais, beneficiando todas as escolas estaduais (685 escolas que ainda não tem previsão orçamentária para essa finalidade).
- ✓ 2.055 alunos capacitados para atuarem junto aos grêmios escolares, através de formação continuada com duração de 5 anos, realização de 2 encontros anuais para esse fim, com uma carga horária de 24 horas anuais, beneficiando todas as escolas estaduais (685 escolas que ainda não tem previsão orçamentária para essa finalidade).

➤ *Estratégia de Implementação*

Será solicitado às escolas da rede estadual de ensino um levantamento das necessidades de treinamento dos colegiados da escola (conselho e grêmios), cabendo a cada uma delas oferecer sugestões para o conteúdo programático do treinamento, estabelecer critérios de prioridade para seleção do pessoal beneficiado, além das possibilidades de cessão dos beneficiados para participarem da capacitação prevista no PQEB. Os levantamentos serão enviados aos CREDE que os submeterá a UAP da CAGE, a quem caberá a organização das turmas, contratação de consultores e a organização do evento em conjunto com os CREDE.

6.4 Componente Descentralização e Fortalecimento Institucional

Tem como objetivos principais: i) o fortalecimento da descentralização através da modernização da estrutura administrativa da Secretaria e das regionais (CREDE) por meio da automação e implantação de novos *software*, melhoria dos mecanismos de monitoramento e controle, inclusive com ampliação da frota de veículos; ii) fortalecimento da educação municipal através do apoio às Secretarias Municipais de Educação com ações de parceria e de modernização de seu funcionamento; iii) capacitação gerencial das equipes técnicas das SEDUC e das regionais para viabilizar a implantação e acompanhamento do PQEB; iv) desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento do desempenho escolar para subsidiar as decisões autônomas e descentralizadas das escolas; v) desenvolvimento da metodologia de planejamento de rede que viabilize decisões descentralizadas de reorganização do sistema escolar e vi) promoção da mobilização e da participação social, de forma a envolver a comunidade no projeto de melhoria da educação básica.

A descentralização administrativa e o fortalecimento institucional estão em sintonia com o novo modelo de gestão implantado pela SEDUC, cujo objetivo é dar maior autonomia à escola e fortalecer a participação social da comunidade escolar e de seu entorno. O componente de Descentralização e Fortalecimento Institucional da SEDUC, CREDE e SME visa dotar os órgãos responsáveis pelo gerenciamento do sistema de condições de trabalho e ferramentas gerenciais que permitam alcançar os objetivos do PQEB com eficiência e efetividade, através do desenvolvimento da capacidade gerencial dos técnicos das secretarias e das regionais. Serão introduzidos novos sistemas de controle e monitoramento, buscando melhorar o gerenciamento dos processos, das pessoas e dos recursos materiais disponíveis.

6.4.1 Subcomponente fortalecimento da descentralização

O Subcomponente pretende promover a modernização física da estrutura administrativa da SEDUC e dos CREDE e o melhoramento da estrutura de gerenciamento da Secretaria e dos CREDE, inclusive com a melhoria da frota de veículos, de forma a fortalecer o processo de descentralização administrativa. Ao promover melhorias na infra-estrutura de gerenciamento do sistema, inclusive com a adaptação do funcionamento do SIGE para os CREDE, pretende dotar a Secretaria e as regionais de instrumentos modernos de acompanhamento e controle das estratégias e ações previstas no PQEB, incorporando essas ações às rotinas e procedimentos dessas instituições, com

consistência e continuidade. Pretende fortalecer os mecanismos de descentralização já existentes, dotando as estruturas descentralizadas (CREDE, SME, escolas) de sistemas de gerenciamento modernos, interligando-os à Secretaria, responsável pelo gerenciamento do sistema como um todo.

O processo de descentralização tem por finalidade melhorar significativamente o funcionamento do sistema educacional, dotando as redes estadual e municipais de padrões mínimos de funcionamento, reduzindo as desigualdades e as disparidades regionais, tornando o sistema mais integrado e homogêneo. O subcomponente visa superar as deficiências dos órgãos responsáveis pelo sistema em instalações, *software* e equipamentos básicos para seu funcionamento.

➤ *Resultados Esperados*

- ✓ 430 novos computadores para a Secretaria e os CREDE, dotados de novos *software* de gerenciamento do sistema, de forma a garantir o gerenciamento descentralizado das metas do PQEB.
- ✓ Cerca de 60 novos veículos disponibilizados para a Secretaria e para as regionais para apoiar as atividades de acompanhamento e controle das ações previstas no PQEB.

➤ *Estratégia de Implementação*

A SEDUC vem concluindo a implantação de um sistema de informatização integrando gestão educacional através de vários subsistemas (orçamentário, financeiro, materiais, rede física, recursos humanos e sistema de informações gerenciais) na SEDUC/sede. A meta é expandir essa tecnologia para os CREDE, fortalecendo a ação descentralizada das regionais. Será efetuado também um levantamento das necessidades de novos veículos junto à Secretaria e aos CREDE. Este levantamento, juntamente com os dados da implantação do SIGE nos CREDE será consolidado pela UAP da Coordenadoria de Monitoramento e Controle (CMC) e os resultados irão compor o projeto de investimento da CMC. A meta do PQEB é dotar os CREDE e a Secretaria, já no primeiro ano, de toda a infra-estrutura necessária do SIGE (computadores, instalações, desenvolvimento de *software* de etc.) no primeiro ano de vigência do Programa, atualizando anualmente os *software* e programas informacionais. As necessidades de veículos serão contingenciadas de acordo com a urgência de cada regional.

6.4.2 Subcomponente fortalecimento da educação municipal

Promove o apoio à educação municipal, fortalecendo as ações das secretarias municipais de ensino (SME), com vistas a melhoria e informatização de seus serviços, capacitação de seu pessoal técnico. Esse incentivo para a melhoria da educação municipal ocorrerá através de projetos onde cada Secretaria Municipal procurará captar recursos de um fundo de apoio criado para esse fim e que financiara os projetos na área de gestão educacional dos municípios. O subcomponente deverá dar prioridade no atendimento a 50% dos municípios classificados no ranking de IDM com indicadores

mais baixos, com a finalidade de promover maior equidade entre as rede de ensino e consequentemente entre secretarias.

O objetivo é superar o despreparo das secretarias municipais em dar respostas eficientes a sua rede de ensino, especialmente nos municípios com IDM mais baixo, onde há falta de estrutura administrativa (prédios, equipamentos, pessoal, etc.) e de mecanismos de controle sobre os dados estatístico de sua área ensino. O subcomponente se apoiará nas condições favoráveis para se implantar medidas de fortalecimento municipal tais como projeto de parceria existente entre Estado e municípios, exigências da sociedade em torno dos secretarias e de respectivos secretários, um amplo programa de mobilização envolvendo a rede municipal que vem sendo feito nos últimos anos e o fato da educação ser, hoje, foco de discussões pelos diversos segmentos da sociedade. Além disso, ações de apoio à secretaria já são meta da política estadual, além da continuidade do processo de capacitação iniciada com o PRASEM.

A execução do subcomponente deverá se consolidar através da realização de três conjuntos de ações: i) aquisição de equipamentos de informática para aproximadamente 50% das SME; ii) treinamento do pessoal para implantação e acompanhamento do Sistema de Administração Escolar (SAE) nas escolas da rede municipal; iii) implantação de um fundo de apoio aos projetos de iniciativa dos municípios.

➤ *Resultados Esperados*

- ✓ 92 secretarias municipais de educação funcionando com padrões operacionais mínimos
- ✓ Criação de um fundo de apoio aos projetos de iniciativas dos municípios na área de gestão, pelo qual o governo estadual disponibiliza recursos para apoiar as necessidades reais dos municípios.

➤ *Estratégia de Implementação*

É feito um acompanhamento técnico para implantar o projeto sistematicamente, de forma a apoiar as medidas dos municípios para suprir as carência de recursos humanos e de quadros qualificados das SME, além da má qualidade dos prédios que sediam a maior parte das secretarias de educação. Será efetuado um levantamento da situação das SME, inclusive das necessidade de treinamento do pessoal, que será analisado e consolidado pela UAP da Coordenadoria de Monitoramento e Controle (CMC). Os resultados irão compor o projeto de investimento da CMC. A meta do PQEB é dotar as SME da infra-estrutura necessária a implantação e acompanhamento do SAE (computadores, instalações, etc.), prestando apoio técnico através dos CREDE. Os projetos municipais serão encaminhados aos CREDE, que os consolidará em um documento da regional. Os projetos serão submetidos a UAP da CMC que os analisará e submeterá ao Núcleo Gestor ampliando para deliberação.

6.4.3 Subcomponente capacitação das equipes técnicas da SEDUC/CREDE

Promove um conjunto de ações que visam superar a defasagem quanto à formação da qualificação técnica nas equipes da SEDUC/CREDE, decorrente das transformações contínuas dos processos relacionados à legislação e às novas tecnologias. Essas equipes deverão apoiar as SME e as escolas que não dispõem de suporte técnico capaz de dar sustentação ao programa de descentralização. O subcomponente procurará se apoiar em aspectos favoráveis presentes no contexto atual tais como o anseio latente por parte dos atores por essa qualificação, tanto no aspecto funcional como operacional.

As dificuldades que deverão ser enfrentadas para operacionalizar esse subcomponente passam pela definição da carga horária dos cursos, os deslocamentos e disponibilidade de tempo dos alunos para estudos, além das condições específicas de operacionalização estarem sujeitas ao domínio tecnológico, incipiente em grande parte da clientela.

Através desse subcomponente, busca-se uma melhoria no perfil técnico e gerencial das equipes, bem como o aperfeiçoamento em áreas gerais e específicas, garantindo a melhoria das equipes técnicas com ações voltadas para implementação de cursos de formação desenvolvido através de sistemas informatizados que exigirão uma contínua capacitação de seus agentes. As ações do subcomponente beneficiarão a área técnica da SEDUC, dos CREDE e Núcleos Gestores das unidades escolares. O subcomponente vai exigir uma capacitação permanente e contínua de seus agentes, sob pena de descontinuidade dos sistemas e engajamento técnico-institucional.

A execução do subcomponente deverá se consolidar através da realização das seguintes ações: i) treinamento do pessoal do CREDE para implantação do SIGE; ii) capacitação (mestrado profissional) em gestão educacional para técnicos da SEDUC e dos CREDE; iii) capacitação dos técnicos do CREDE para a implantação do SAE; iv) capacitação específica para os técnicos da área de gestão dos CREDE; v) desenvolvimento de programa de intercâmbio de experiências exitosas na área de gestão, a beneficiar os técnicos do SEDUC e dos CREDE (projeto Novos Ares); vi) capacitação em serviço para os técnicos da SEDUC/CAGE em gestão educacional e vii) capacitação do núcleo gestor das unidades escolares em gestão escolar.

➤ *Resultados Esperados*

- ✓ 21 CREDE treinados para a implantação e acompanhamento do SIGE e do SAE
- ✓ Aproximadamente 120 técnicos beneficiados com o programa de mestrado profissional e com o programa Novos Ares
- ✓ 25 técnicos da CAGE beneficiados com o programa de capacitação em serviço e de requalificação profissional
- ✓ 3.790 técnicos e professores das escolas beneficiados com o curso de gestão escolar

➤ *Estratégia de Implementação*

Será efetuado um levantamento das necessidades de treinamento junto à Secretaria e aos CREDE, cabendo as Coordenadorias oferecer sugestões para o conteúdo programático do treinamento, estabelecer critérios de prioridade para seleção do pessoal beneficiado,

além das possibilidades de cessão dos beneficiados para participarem da capacitação prevista no PQEB. Os levantamentos serão enviados a UAP da CAGE, a quem caberá a organização das turmas, contratação de consultores e a organização dos eventos em conjunto com os CREDE.

6.4.4 Subcomponente universalização do SPAECE

O SPAECE é um sistema de avaliação de caráter censitário, constituído em 1992, desenvolvido por uma equipe de avaliadores externos e internos, com o objetivo de formular políticas e monitorar suas ações educacionais, além de fornecer aos professores, dirigentes escolares e gestores um quadro da situação de aprendizagem dos alunos. Para a coleta de dados utiliza-se instrumentos padronizados. Os testes são elaborados tendo como critérios os Referenciais Curriculares Básicos e as Matrizes Curriculares do SAEB. A partir dos testes é feita a análise dos percentuais de acertos e dificuldades dos alunos em cada item. Esta análise é útil para, entre outras ações, serem montados cursos, seminários e oficinas para a capacitação dos professores.

Por universalização do SPAECE, entende-se a ampliação de sua abrangência, com vistas a atender toda a rede estadual de ensino, abrindo-se espaços para a participação das redes municipal e particular. As modificações introduzidas no Sistema de Avaliação referem-se à inclusão de todas as escolas da rede estadual, nos três turnos, inclusive o noturno, a disciplina de ciências e a modalidade do Ensino Médio.

A execução do subcomponente deverá se consolidar através da realização das seguintes ações: i) implantação e implementação do SPAECE; ii) desenho da pesquisa; iii) processamento e análise dos dados e vi) edição dos relatórios.

➤ *Resultados Esperados*

- ✓ 3 avaliações realizadas durante o Programa, nos anos que não ocorrerão a avaliação federal, através do SAEB

➤ *Estratégia de Implementação*

A aplicação dos questionários permite estabelecer a correlação entre os resultados dos testes e as variáveis referentes a gestores, professores e alunos e assim identificar os fatores que interferem no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. A aplicação dos instrumentais tem sido feita nos municípios sede dos CREDE. O último SPAECE atingiu um total de 61 municípios, avaliando alunos de 4ª e 8ª séries, dos turnos manhã e tarde, e profissionais das escolas públicas estaduais.

O projeto atenderá também a rede municipal de ensino, a partir de uma amostra probabilística rigorosamente constituída conforme procedimentos estatísticos. Assim serão aplicados testes com os alunos de 10 anos do 2º ciclo, 4ª série ou equivalente, 8ª série e o 3º ano do Ensino Médio, nos três turnos de funcionamento das escolas de forma censitária na rede estadual e amostral na rede municipal de ensino.

A avaliação será desenvolvida por uma equipe interna da SEDUC e por uma equipe externa, contratada especialmente para esta ação. Uma inovação introduzida reside na forma de construção dos testes, que serão elaborados pelos professores da rede pública sob a orientação de especialistas em medidas educacionais. Para esta ação é previsto a realização de oficina pedagógica que os capacitarão em elaboração de itens. Da oficina sairá um banco de itens, que passarão por várias etapas que irão desde a pré – testagem, análise estatística dos itens até a formulação definitiva dos testes para posterior aplicação.

Desta feita, os instrumentais serão aplicados pelos próprios professores das escolas, reservando-se o cuidado de alternar turmas, turnos e disciplinas. A aplicação será acompanhada por supervisores selecionados especificamente para esta atividade, acompanhados pelo conselho escolar e coordenados pela equipe de avaliadores internos e externos. Utilizar-se-á para a verificação dos resultados das provas, o sistema de leitura ótica. Após a resolução dos testes os alunos passarão as respostas para um gabarito que será enviado à coordenação central dos trabalhos com vistas ao processamento e análise dos dados. Os testes ficarão na escola, onde será montado um esquema paralelo de correção pelos professores de cada unidade, o que permitirá discussões e reflexões imediatas a respeito da necessidade de aprendizagem dos alunos .

Pretende-se ainda, fazer uma ampla sensibilização e esclarecimento junto a comunidade escolar sobre a avaliação, estabelecendo inclusive parcerias com o conselho escolar para que este se envolva nas diversas fases do processo avaliativo sobretudo nos trabalhos de aplicação, acompanhamento das correções das provas, socialização e divulgação dos resultados alcançados, visando a implementação de ações corretivas ou reforçadoras no Sistema Educacional.

O trabalho compreende as seguintes fases: i) desenho da avaliação, que contemplará de uma forma continuada, reuniões e discussões da equipe interna e externa para ajustes teórico-metodológico da avaliação; ii) aplicação dos instrumentos de avaliação, que contemplará toda uma estrutura de gerência e acompanhamento dos trabalhos de aplicação dos testes de avaliação, compreendendo a impressão do material, treinamento de pessoal envolvido e o seu deslocamento para as escolas da capital e do interior; iii) geração de banco de dados e avaliação pedagógica, com atividades de processamento e análise dos dados necessários para a avaliação do rendimento dos alunos pesquisados, tais como classificação e processamento dos dados dos questionários, leitura ótica dos testes, análise estatístico computacional dos dados de avaliação e elaboração dos relatórios; iv) edição de relatórios, em que desenvolvidos os trabalhos referentes a apresentação dos resultados da avaliação: edição do relatório final, por CREDE e escola e serviços de impressão e encadernação dos relatórios.

Caberá aos avaliadores externos a responsabilidade de gerenciamento e dimensionamento da força de trabalho; constituição do banco de dados para a análise dos testes de português e de matemática; preparação dos professores por meio de oficinas para a elaboração dos itens; análise e definição dos itens pré testados; elaboração final dos testes, questionários do professor e diretor; organização, sistematização e processamento dos instrumentais; análise estatístico computacional; elaboração dos relatórios.

A equipe interna da UAP da Coordenadoria de Política e Planejamento Educacional (CPPE), ficará responsável pelo levantamento do universo das escolas estaduais e municipais envolvidas na avaliação; levantamento junto ao CREDE do número de alunos por série, turma e turno; dimensionamento da força de trabalho e da estrutura para a aplicação dos instrumentais (em articulação com a equipe externa); mobilização e sensibilização junto aos CREDE e escola considerando as modificações introduzidas na sistemática de avaliação; processo de seleção dos supervisores e professores que irão aplicar os instrumentais; treinamento dos professores-aplicadores e dos supervisores; coordenação dos trabalhos de aplicação; análise dos instrumentais (testes e questionários); acompanhamento da elaboração dos relatórios; e preparação do documento síntese com vistas a divulgação dos resultados em todo o Estado. Apesar de estabelecidas estas responsabilidades, salienta-se que o trabalho será desenvolvido em estreita articulação com a equipe externa.

6.4.5 Subcomponente planejamento de rede

Vários fatores ocasionaram a intervenção e os investimentos na organização do Sistema de Ensino Público o Estado, tais como: a expansão do ensino fundamental após a nova LDB, com a universalização da matrícula; melhoria no fluxo no ensino fundamental, com a diminuição dos indicadores de repetência e evasão; regresso escolar no ensino fundamental e médio; áreas com alta demanda e baixa oferta escolar; nova divisão de responsabilidades entre Estado e os municípios, com o advento da nova LDB; melhoria no nível de formação do pessoal docente das duas redes de ensino público; institucionalização do programa de municipalização do ensino fundamental e aumento da matrícula no ensino médio.

Diante desses fatores várias ações foram desenvolvidas no sentido de viabilizar o processo de organização e racionalização da rede escolar, tais como a descentralização do processo de coordenação da matrícula e reordenamento da rede para os CREDE, após amplo investimento na sua reestruturação e definição de competências em nível regional; transferência de todas as escolas estaduais localizadas na zona rural para a rede municipal; passagem automática da matrícula da educação infantil para a rede municipal; passagem gradativa da matrícula de 1ª à 4ª de todas as escolas da rede estadual para a rede municipal; municipalização das unidades escolares da rede estadual, com menos de 300 alunos; passagem gradativa, em vários municípios, da matrícula de 5ª a 8ª séries da rede municipal para a rede estadual; passagem progressiva do ensino médio municipal para a rede estadual; e cessão temporária aos municípios de prédios e equipamentos com capacidade instalada ociosa.

Outras ações voltadas para a reorganização da rede e da matrícula, estão em processo de planejamento e parceria com os municípios, que requerem uma atualização do microplanejamento do ensino fundamental e implantação do microplanejamento do ensino médio, de forma a viabilizar mecanismos técnicos de reorganização e racionalização da rede, inclusive para subsidiar as necessidades de expansão e manutenção da rede existente.

➤ *Resultados Esperados*

- ✓ 464 técnicos da SEDUC/CREDE treinados em cadastro de prédios, 226 em sistemas diversos (ARC/INFO 7.2, ARCVIEW, MAP OBJECT, SDE, SPRIN) e 128 em Geomídia e ARC/INFO 7.2.
- ✓ 12.000 prédios cadastrados de acordo com o manual de microplanejamento.
- ✓ 5.000 atlas educacionais produzidos
- ✓ 42 novos software de planejamento de rede adquiridos e implementados
- ✓ 220.000 *folder* e cartazes sobre microplanejamento impressos e distribuídos
- ✓ 21 CREDE com o sistema de microplanejamento revitalizado

➤ *Estratégia de Implementação*

O Planejamento de Rede será conduzido pela UAP da Coordenadoria de Política e Planejamento Educacional (CPPE). Caberá a Núcleo de Planejamento de Rede em comum acordo com a UAP efetuar o levantamento das necessidades de treinamento dos CREDE, esclarecer dúvidas e recolher sugestões, organizar os cursos e contratar as consultoria necessárias. Caberá ao Núcleo conduzir os trabalhos de i) impressão de fichas de cadastro de prédios; ii) cadastramento de prédios; iii) supervisão dos trabalhos de digitação dos formulários; iv) produção e atualização dos atlas educacionais; v) aquisição de trenas para se tomar as medidas necessárias no trabalho de cadastramento; vi) aquisição de novos equipamentos para o Núcleo (kit tecnológico); vii) levantamento e atualização das bases cartográficas; viii) elaboração e supervisão dos trabalhos de impressão do Manual de Conservação de Prédios; ix) produção e supervisão da impressão de *folder* e cartazes e x) trabalho junto aos CREDE para revitalização do sistema de microplanejamento. O microplanejamento desenvolve-se e aplica-se por meio de um sistema informatizado, que inclui a utilização de *software* de microplanejamento, mapas cartográficos, coleta de dados educacionais com base no levantamento da situação das escolas e censo educacional e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Secretaria disponibilizará apoio técnico para as SME que desejarem se integrar ao processo.

6.4.6 Subcomponente promoção da participação e da mobilização social

Promove a gestão educacional com base na mobilização social, um de seus principais alicerces. A gestão democrática e compartilhada com a participação dos vários atores do processo e da comunidade na tomada das decisões, propicia uma mobilização social forte e verdadeira. A SEDUC, buscando aprimorar o desenvolvimento organizacional dos CREDE, e na tentativa de apoiar a integração entre a escola e a comunidade, vem desenvolvendo fóruns intermunicipais. A parceria entre a SEDUC e os órgãos regionais, através de comitês, irá permitir o exercício da criticidade de forma construtiva e consensual, possibilitando avanços concretos na educação cearense.

A participação dos comitês é imprescindível para que se possa avançar significativamente na formulação de propostas e projetos da educação, onde nossos gestores são cada vez mais cobrados pela comunidade na solução de respostas viáveis. Os movimentos de mobilização social devem ser sinalizados para definir prioridades em

relação as questões sociais e educacionais, tendo por meta a concretização dos avanços educacionais.

O engajamento dos grêmios estudantis será um passo decisivo na consolidação da participação e mobilização social, eles que foram excluídos na década de 60 devem agora ser os protagonistas da educação. É preciso uma nova investida para que se possa resgatar a cidadania. Esse resgate deve acontecer fortalecendo as agremiações estudantis. Isso poderá se dar na troca de experiência, na conversa com os representantes das entidades estudantis, além da conscientização dos dirigentes, mostrando a importância do grêmio na escola.

O grêmio apoiado na gestão escolar deve funcionar como uma ponte entre os estudantes e a direção, democratizando as relações na escola que ainda mantêm uma postura autoritária. Mobilizar o grêmio estudantil não será tarefa fácil, deverá acontecer atividades extra classe como realização de eventos de arte e culturais na escola, festas, campeonatos e concursos, além da representação dos estudantes nas decisões da escola.

O grande desafio que se apresenta é garantir a sustentabilidade desse processo de participação e mobilização social, iniciado pelo trabalho realizado pela SEDUC/CREDES nas 21 regiões geo-educacionais do Estado, a partir do fortalecimento dos grêmios estudantis e implementação dos conselhos escolares. Esse processo também passa pela reativação da associação de prefeitos e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/Ceará).

➤ *Resultados Esperados*

- ✓ Comitês de participação e mobilização social em pleno funcionamento nos 21 CREDE durante os 5 anos do projeto

➤ *Estratégia de Implementação*

Os trabalhos serão conduzidos pela UAP da CAGE que inicia o processo definindo as estratégias de *marketing* e mobilização social, procedimentos e instrumentos em colaboração com os CREDE e as SME e o serviço de divulgação da Secretaria. Serão utilizados instrumentos de divulgação e mobilização social acerca do PQEB, em particular, e sobre a educação como um todo, utilizando-se os modernos instrumentos de comunicação que a tecnologia disponibiliza atualmente, tais como: fóruns regionais, boletins, *site* na Internet, jornais, televisão, entre outros.

7 Etapas (de execução – Pert dos componentes ou subcomponentes)

8 Estrutura financeira

- 1.1 Categorias, critérios para despesas elegíveis e percentuais de financiamento do BIRD
- 1.2 Limites e modalidades de aquisições

9 ESTRUTURA GERENCIAL

Para o entendimento da dinâmica gerencial do Projeto de Qualificação da Educação Básica (PQEB), é necessário, inicialmente, o conhecimento da estrutura gerencial mais ampla da Seduc. A definição das instâncias, instrumentos e do próprio fluxo gerencial envolvidos com o PQEB vai evidenciar a utilização dessa estrutura no processo gerencial do Projeto.

9.1 Estrutura gerencial da Seduc

A estrutura organizacional da SEDUC é horizontal e dinâmica. Estão ligadas ao Gabinete (Secretário e Subsecretário) quatro Coordenadorias, que funcionam de forma matricial: Coordenadoria de Planejamento e Política Educacional (CPPE), Coordenadoria de Desenvolvimento Técnico-Pedagógico (CDTP), Coordenadoria de Articulação e Gestão Educacional (CAGE) e Coordenadoria de Monitoramento e Controle (CMC). O Gabinete e as Coordenarias trabalham de forma integrada e colegiada, constituindo o Núcleo Gestor, instância responsável pelas decisões estratégicas da Secretaria. As Coordenadorias são compostas por Núcleos, organismos de caráter estratégico e gerencial, e estes por Células, organismos operacionais. Os Núcleos e Células são definidos por área de atuação e competência.

Estão vinculados à Coordenadoria de Desenvolvimento Técnico-Pedagógico (CDTP) quatro núcleos gerenciais: Núcleo de Pesquisa e Avaliação Educacional (NPA), Núcleo de Desenvolvimento Curricular (NDC), Núcleo de Formação Inicial e Continuada do Educador (NFE) e Núcleo do Ensino Médio, que mantém interface com as demais Coordenadorias.

A Coordenadoria de Articulação e Gestão Educacional (CAGE) é constituída por três núcleos organizacionais: Núcleo de Suporte e Administração Escolar, Núcleo de Apoio à Gestão Regional e Núcleo de Apoio à Gestão Escolar.

A Coordenadoria de Monitoramento e Controle (CMC) conta com 04 (quatro) núcleos organizacionais intermediários: Núcleo de Suporte Tecnológico, Núcleo de Suporte Administrativo, Núcleo de Suporte Financeiro, Núcleo de Gestão de Recursos Humanos.

9.2 Estrutura gerencial do PQEB

9.2.1 Instâncias gerenciais

- ☞ Unidade de Coordenação do Projeto (UCP): localizada na Coordenadoria de Planejamento e Política Educacional (CPPE), é responsável pela coordenação geral do Projeto, articulando e assessorando as diversas unidades de administração na consecução dos objetivos estratégicos do Projeto. É composta por assessorias nos setores de planejamento, programação e orçamento, pesquisa e avaliação e uma assessoria de dados escolares.

- Unidade de Administração do Projeto (UAP): localizadas em cada uma das Coordenadorias (Desenvolvimento Técnico-Pedagógico; Articulação e Gestão; e Monitoramento e Controle), as UAP são responsáveis pela articulação da coordenação na consecução dos objetivos operacionais dos componentes do Projeto. A UAP é composta pelo coordenador de área, as gerências de subcomponentes e uma assessoria (com pessoal auxiliar) em planejamento e programação.
- Gerência (GER): é a instância dentro da UAP responsável pela coordenação das atividades na execução dos objetivos de cada um dos subcomponentes do Projeto.
- Colegiado Ampliado (CLAM): formado pelos diretores dos centros regionais de desenvolvimento da educação (Crede), diretores dos núcleos e núcleo gestor da Seduc, é responsável pela articulação, entre as coordenadorias, na execução dos objetivos operacionais do Projeto.
- Núcleo Gestor (NGT): instância formada pelos coordenadores de cada uma das coordenadorias, pelo subsecretário e pelo secretário de educação, é responsável pela formulação e acompanhamento da política educacional desenvolvida pela Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará (Seduc).

9.2.2 Instrumentos gerenciais

- Sistema Integrado de Gestão Educacional (Sige): sistema informático da Seduc integrado aos sistemas corporativos do Estado do Ceará, aos sistemas distribuídos pelo Ministério da Educação (MEC) e projetado para suportar a política de descentralização da Seduc. Orienta a gestão educacional por meio de indicadores de desempenho e relatórios gerenciais para a tomada de decisão. Um módulo específico do Sige está em desenvolvimento para auxiliar na gerência do PQEB.
- Projeto de Investimentos (PI): instrumento programático que especifica as ações de investimento do Projeto para um ano civil. Traz informações gerais sobre a identificação do projeto, o detalhamento da aplicação (unidade orçamentária, função, programa, subprograma, meta global, meta programática, projeto/atividade e região administrativa) e das metas (código, descrição, unidade, quantidade e valor) e a localização das ações, através da definição dos municípios contemplados.
- Plano de Trabalho Anual (PTA): instrumento programático que traz o detalhamento das ações a serem financiadas pelo Projeto. Inclui a descrição, metas a serem atingidas, as etapas ou prazos de execução, com previsão de início e fim, o plano de aplicação dos recursos e o cronograma de desembolso das ações.

9.2.3 Fluxo gerencial

O fluxo gerencial do PQEB pode ser dividido em três momentos. No primeiro momento, são definidas as ações que merecerão dotação específica para o próximo exercício. O segundo momento caracteriza-se pela discussão e consolidação das ações eleitas para dotação. Já o terceiro momento concretiza-se na operacionalização dessas

ações. Todos esses momentos acontecem com o acompanhamento e assessoramento da CPPE, através da UCP.

1º Momento: definição das ações e dotação

As GER de cada uma das coordenadorias elabora seu Projeto de Investimentos (PI) para o próximo exercício. Esse PI inicial é disponibilizado em rede para as outras gerências e coordenadorias através do Sistema de Informações Gerenciais (Sige). Através do Sige, as gerências podem tomar conhecimento de todas as ações definidas para o PQEB. Essa rede de interlocução facilita a articulação e complementaridade entre as ações, potencializando os resultados.

2º Momento: discussão e consolidação das ações

Definidos os PI, esses são apresentados ao CLAM, para discussão e eventuais reorientações. A discussão no CLAM disponibiliza mais um espaço para que todos os gerentes tomem conhecimento e possam discutir as ações definidas em uma outra Coordenadoria. Discutidos no CLAM, os PI de cada uma das coordenadorias são consolidados pelas UAP num PTA. Os PTA provenientes das coordenadorias são consolidados num único PTA pela CPPE, através da UCP. É esse PTA consolidado que será apresentado ao NGT, para deliberação final.

3º Momento: operacionalização das ações

A deliberação final sobre o PTA consolidado, pelo NGT, deflagra o processo de operacionalização das ações. Os PI são implantados, então, no módulo específico do Sige de gerenciamento do PQEB. Essa implantação no Sige possibilita o empenho dos recursos necessários à execução de cada uma das ações. Executadas as ações, é feito o pagamento dos serviços e emitidos os relatórios correspondentes.